

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Visa o presente Projeto de Resolução a alterar, nas Especificações de Função Gratificada constantes no Anexo da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, a Descrição Analítica das Atribuições da Função Gratificada de Chefe do Controle Interno.

Trata-se de adequação necessária, tendo em vista a proposta de transposição do órgão Controle Interno, da Diretoria de Patrimônio e Finanças para a Diretoria-Geral.

Com a medida, a atividade controle exercerá o seu verdadeiro papel em maior eficiência e eficácia em todos os órgãos internos da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Salientamos que concomitantemente a este Projeto de Resolução tramita outra proposição, que objetiva a alteração da Resolução nº 1.367, de 2 de janeiro de 1998 – que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, incluindo inc. XI no § 1º do art. 1º, § 6º no art. 10, e revogando o inc. I do art. 13º, para fins de transposição da subordinação do Controle Interno para a Diretoria-Geral. São projetos que devem tramitar juntos, pois se complementam.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008.

SEBASTIÃO MELO,
Presidente.

CLAUDIO SEBENELO,
1º Vice-Presidente.

CARLOS TODESCHINI,
2º Vice-Presidente.

ERVINO BESSON,
1º Secretário.

MARISTELA MENEGHETTI,
2ª Secretária.

ALDACIR OLIBONI,
3º Secretário.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Altera a Descrição Analítica das Atribuições da Função Gratificada de Chefe do Controle Interno nas Especificações de Função Gratificada, constantes no Anexo da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores.

Art. 1º Fica alterada a Descrição Analítica das Atribuições da Função Gratificada de Chefe do Controle Interno nas Especificações de Função Gratificada, constantes no Anexo da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores, conforme segue:

“ESPECIFICAÇÕES DE FUNÇÃO GRATIFICADA

QUADRO: DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
FUNÇÃO GRATIFICADA: CHEFE DO CONTROLE INTERNO
FUNÇÃO: FUNÇÃO GERAL
CÓDIGO: 2.2.1.5

...

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES: cumprir e fazer cumprir as determinações superiores e as disposições e funções referentes ao órgão de Controle Interno; prestar assessoramento ao Presidente, à Mesa Diretora e ao Diretor-Geral, quando solicitado; administrar os trabalhos do Controle Interno, supervisionando, por meio de procedimentos de controle, a eficiência de aspectos operacionais relativos à execução de tarefas e a eficácia dos resultados gerais do trabalho do Controle Interno, tendo como referencial a busca da eficiência e como parâmetro a consecução dos objetivos do Controle Interno, representados pelo conjunto de suas funções, especificadas na Resolução nº 1.367, de 1998; coordenar

os trabalhos de auditoria geral; elaborar semestralmente o plano básico operativo de inspeções a serem realizadas, submetendo-o à aprovação do Diretor-Geral e do Presidente do Legislativo; baixar ordens de inspeção e respectivas programações com os quesitos a serem inspecionados; encaminhar ao Diretor-Geral e ao Presidente do Legislativo cópias do relatório de inspeção e dos esclarecimentos prestados sobre as inspeções realizadas; comunicar ao Diretor-Geral e ao Presidente do Legislativo todo e qualquer descumprimento do regimento do Controle Interno; determinar os procedimentos necessários à apuração dos fatos, quando tomar ciência de irregularidades ou ilegalidades; assinar, juntamente com o Presidente da Câmara, a Mesa Diretora e o Diretor de Patrimônio e Finanças, o relatório das contas do Legislativo a ser enviado ao Tribunal de Contas, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal; comunicar a ocorrência de anormalidades no serviço; comunicar a efetividade dos funcionários; coordenar a elaboração anual do relatório das atividades desenvolvidas pelo órgão de Controle Interno; executar outras atividades correlatas.

... ” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.